

*Dívida
externa*

Reintegração na comunidade financeira

O fechamento de um acordo com o "Clube de Paris" vem encerrar o processo encetado pelo ministro Mailson da Nóbrega no sentido de conseguir a plena reintegração do País na comunidade financeira internacional. Embora a notícia não tenha alcançado as manchetes, esse acordo é extremamente importante para o Brasil, pois deverá permitir a obtenção de vultosos recursos destinados a investimentos.

O ministro da Fazenda havia comunicado que pretendia conduzir de modo pragmático e realista seus esforços no campo externo com vistas à plena reintegração do País na comunidade financeira internacional. Foi bem-sucedido, pois além de ter atingido seu objetivo em tempo relativamente curto, obteve vantagens que outras negociações não haviam proporcionado. Por ter concordado em pagar os juros devidos, será certamente criticado pelos que porfiam em impor sua vontade aos bancos e instituições financeiras oficiais, ameaçando dissipar toda a esperança de um dia o País voltar a obter recursos do mercado financeiro internacional.

Dos bancos credores, nosso governo conseguiu a consolidação da dívida a longo prazo e a promessa de recursos novos no montante de 5,3 bilhões de dólares, que aliviarão o serviço da dívida externa. O FMI concordou em assinar com o Brasil um *stand by credit* de 1,4 bilhão de dólares, que começará a ser desembolsado no dia em que nosso governo firmar o acordo preliminar com os bancos credores, o que provavelmente se dará em breve, graças à reação favorável dos principais bancos credores, que parece afastar bloqueios como os que precederam o acordo destes com o México. O Banco Mundial já demonstrou sua inteira boa vontade e ressurge agora a esperança de voltarmos a ter, ainda este ano, um saldo positivo com o organismo internacional.

A obtenção do empréstimo-ponte permite ao Brasil ficar em dia com os credores, isto é, liquidar definitivamente com a perniciosa e insensata moratória que tanto abalou o prestígio do País. A participação de 16 países nesse empréstimo-ponte indicava claramente

que teríamos o apoio dos governos à renegociação da dívida com o "Clube de Paris". Foi o que se verificou na semana passada: a discussão foi breve, mas difícil, não porque os governos não estivessem dispostos a conceder algo ao Brasil, mas porque o Brasil, não apresentando um superávit tão bom em sua balança comercial, está pedindo muito de seus credores oficiais. Finalmente, nosso governo conseguiu um acordo bastante vantajoso, pois inclui o principal como também os juros (estes, a partir do corrente mês). O resultado afigura-se mais significativo ainda porque nosso governo havia estendido os efeitos da moratória ao principal de uma parcela da dívida com o "Clube de Paris", o que caracterizava um crime aos olhos dos governos estrangeiros...

O acordo assinado com o "Clube de Paris", cuja concretização só depende agora de negociações bilaterais com cada governo envolvido, segundo o plano concertado, deverá dispensar o Brasil de pagar, somente este ano, juros no montante de 283 milhões de dóla-

res e 682 milhões, correspondentes ao principal, proporcionando assim um grande alívio. Mas o fato mais importante, para o Brasil, é a decisão, tomada pelas agências nacionais de financiamentos (os chamados *eximbanks*), de voltar a oferecer créditos novos para o financiamento de importações de bens de capital a taxas de juros fixos e a longo prazo. Neste momento em que a formação bruta de capital fixo (investimentos) está caindo outra vez, é reconfortante saber que, dentro de alguns meses, será possível contar com a poupança externa para financiar novos investimentos, que são os verdadeiros alicerces de um saudável desenvolvimento econômico.

As perspectivas que ora se abrem a nosso país são francamente favoráveis. Não se pode deixar de salientar, entretanto, que o desmantelo da situação econômica nacional poderia anular todos os resultados obtidos nestes últimos meses no tocante à reintegração do País na comunidade financeira internacional, fato que fará renascer as esperanças de incrementar os investimentos.